

# A INFÂNCIA NA UNIVERSIDADE? RASTROS DA CRIANÇA ENUNCIADA EM TORNO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (EEI-UFRJ)

*CHILDHOOD IN THE UNIVERSITY?  
TRACES OF THE CHILD SPEAKED  
AROUND THE CHILD OF EDUCATION  
SCHOOL OF THE FEDERAL UNIVERSITY  
OF RIO DE JANEIRO (EEI-UFRJ)*

Isabela Pereira Lopes 1

**Resumo:** Este artigo resulta de tese acerca da infância na universidade, investigando mais especificamente a criança enunciada na Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEI-UFRJ), que atualmente faz parte do Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp-UFRJ). O texto desenvolve-se com uma análise de documentos de diferentes instâncias e setores da universidade que remetem à EEI-UFRJ, buscando rastros da infância na instituição, no período compreendido entre 2011 e 2018. A escolha do marco temporal se deu pela publicação da Resolução nº 1, de 10 de março, que fixou normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal. A base teórica do trabalho está apoiada nas Epistemologias do Sul, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2008), sobretudo numa contraproposta universitária que inclua os saberes da infância, e que esses componham os saberes pluriversitários, junto com outros saberes marginalizados. A análise no cruzamento dos dados levantados aponta para um apagamento da infância nos documentos encontrados, mas a infância resiste na universidade, o que produz um tensionamento de forças anunciativa que confrontam diferentes gerações e projetos de universidade, que constituem a UFRJ.

**Palavras-chave:** Infância. Universidade. Educação Básica. Saberes.

**Abstract:** This article is the result of a thesis about childhood at the university, investigating more specifically the child listed in the School of Early Childhood Education at the Federal University of Rio de Janeiro (EEI-UFRJ), which is currently part of the UFRJ Application College (CAp-UFRJ). The text is developed with an analysis of documents from different instances and sectors of the university that refer to EEI-UFRJ, looking for traces of childhood in the institution, in the period between 2011 and 2018. The choice of the time frame was given by the publication of the Resolution nº 1, of March 10, which established rules for the operation of Early Childhood Education units linked to the Federal Public Administration. The theoretical basis of the work is supported by the Epistemologies of the South, proposed by Boaventura de Sousa Santos (2008), above all in a university counter-proposal that includes the knowledge of childhood, and that these compose the multi-university knowledge, along with other marginalized knowledge. The analysis at the intersection of the data collected points to an erasure of childhood in the documents found, but childhood resists at the university, which produces a tension of advertising forces that confront different generations and university projects, which constitute UFRJ.

**Keywords:** Childhood. University. Basic education. Knowledge.

## Introdução

Em geral, quando se pensa na palavra “universidade”, relaciona-se ao espaço de formação profissional de jovens no Ensino Superior. Mas crianças também fazem parte deste universo. Elas são atendidas em hospitais universitários, ambulatórios das mais diversas especialidades e inúmeros outros projetos e programas de diferentes áreas. Muitas vezes são encontradas em salas de aula com mães e pais estudantes que não têm com quem deixar suas crianças; ou mesmo funcionários que, eventualmente, necessitam levar seus filhos para o local de trabalho, como se deu na origem das Unidades Universitárias de Educação Infantil, antes denominadas como Creches Universitárias.

Em algumas universidades, essa infância pode estar regularmente matriculada em unidades de Educação Básica. Nesses casos, elas ocupam a universidade de forma potente e reveladora, como ocorre na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que tem um Colégio de Aplicação (CAp-UFRJ) há mais de sete décadas, atuando na educação de crianças e jovens e a Escola de Educação Infantil<sup>1</sup> (EEI-UFRJ) que conta com uma história de 37 anos atuando na educação de crianças pequenas.

Este estudo investigou como a infância é compreendida na UFRJ; como se evidenciam suas concepções nos documentos da referida universidade referente às crianças que fazem parte da EEI-UFRJ e como elas estão sendo enunciadas em documentos, sites e reportagens da universidade.

## Metodologia

A análise documental foi realizada, buscando pistas da infância nas atas, proposta pedagógica, plano diretor, resoluções, estatutos, regimentos, reportagens, boletins informativos e outros gerados pela UFRJ e referentes à EEI-UFRJ, no período compreendido entre 2011 e 2018. O marco inicial escolhido foi justamente por ser quando começa a implantação de uma política pública que modificou profundamente as unidades universitárias federais de educação infantil (UUFEl's): a Resolução Nº 1, de 10 de março de 2011<sup>2</sup>.

O estudo buscou rastros de como a infância aparece (ou não!) nos documentos da UFRJ, onde as fontes foram também as de comunicação de massa gerados na universidade (jornais, sites, revistas, TV) através do setor responsável da própria universidade, e ainda dos meios de circulação das informações dos sindicatos e diretórios centrais de estudantes. Em todo esse universo, levantamos 244 documentos, no período de 7 (sete) anos.

Usamos como técnica a análise de conteúdo (BARDIN, 2009), no sentido de compreender nos dados recolhidos de que forma a infância é desvelada. Primeiramente destacamos e quantificamos a ocorrência das palavras “infância”, “criança”, “educação infantil”, que são temas chave para fazer uma análise posterior, no sentido de revelar como a UFRJ tem visto a sua pequena infância institucional, através da EEI-UFRJ. Da organização, leitura, busca de pistas da infância e análise de todos os 244 documentos, surgiram 30 temáticas. Entre essas dezenas de temáticas, organizamos em alguns cenários onde a criança enuncia (ou não!), mas para este artigo estaremos destacando o cenário acerca da “Da infância na universidade”.

## A infância e a universidade

Neste nosso processo de pesquisa, encontramos crianças (MELLO, 2018). Crianças narradas, silenciadas, anunciadas, fotografadas, crianças que vivem sua infância na EEI-UFRJ, no contexto

---

1 A Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEI-UFRJ) foi criada inicialmente para ser uma Creche Universitária, ela está localizada desde o seu início, no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), que é um hospital pediátrico universitário, situado na Cidade Universitária. Foi inaugurada em 24 de junho de 1981 pela médica pediatra Dalva Coutinho Sayeg. Segundos dados fornecidos pela própria escola, no ano de 2017, a escola contava com 4 (quatro) Professoras do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT's), 28 Professores Substitutos, 37 Técnicos Administrativos em Educação (entre esses 15 Técnicos em Assuntos Educacionais - TAE, 2 recreacionistas e os outros, nas mais diversas funções), 8 profissionais que atuam na limpeza e 10 vigilantes. Após sessão do Conselho Universitário no dia 18 de junho de 2019, com a aprovação por unanimidade, ocorreu a integração da Escola de Educação Infantil (EEI) ao Colégio de Aplicação (CAp) da UFRJ.

2 Essa Resolução fixa normas de funcionamento para as unidades federais de Educação Infantil. Essas normas foram elaboradas a partir de consulta feita pela Associação Nacional de Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (ANUUFEl) ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

universitário da UFRJ.

Para pensar essa infância na universidade, recorreremos ao conceito de “culturas da infância”. Sarmiento (2003, p. 2) anuncia a ideia de que o imaginário infantil é “a expressão de um déficit” que dá à infância uma “negatividade na definição da criança”. A criança é vista pela sociedade como aquela que tudo falta, “que não fala (infans), [...] o que não trabalha, o que não tem direitos políticos, o que não é imputável, o que não tem responsabilidade parental ou judicial, o que carece de razão, etc.”. Em contraposição a essa ideia de falta, temos o conceito de “culturas da infância”, que vem sendo estabelecido pela Sociologia da Infância “como um elemento distintivo da categoria geracional” (SARMENTO, idem, p. 3).

Já para pensar a universidade, adotamos como teórico Boaventura de Sousa Santos (2008). Em seus estudos, Santos faz uma crítica à universidade que temos. Precisamos criar uma contraproposta de universidade, em que ela não só responda às demandas, mas que tenha projeto e se constitua numa “universidade de ideias”<sup>3</sup> (SANTOS, 1989). Essa universidade “outra” deve considerar todos os saberes, que por tantos séculos foram entendidos como “inexistentes” ou “menores” e buscar meios para esse diálogo horizontal é difícil, mas ainda assim necessário. Uma universidade que possa responder numa perspectiva propositiva, de como este espaço pode contribuir com o país.

A universidade se viu obrigada a mudar, já que grupos minoritários passaram a reivindicar esse espaço como seus de direito. Mas não basta só incluir esses grupos na universidade, é necessário também incluir, considerar e contemplar os seus saberes e assim formar novos saberes. Essa questão é fundamental para pensar na infância que com toda sua potência, está presente na universidade. Esses saberes da infância desafiam a produção de conhecimentos na universidade. Desse modo, será possível “formar uma universidade a várias vozes e com múltiplas aberturas para coligações alternativas” (SANTOS, 2008, p. 58).

Aqui eu tomo a liberdade de também incluir a infância como um protagonista fundamental para colaborar com essa nova proposta de universidade, pois Santos (2008) também nos alerta para a resistência, algo tão característico de infâncias de outras épocas e da contemporânea. Às crianças que historicamente foram negados vários direitos e que ainda nos dias de hoje, mesmo com todo o avanço legislativo, não têm plenamente esses direitos garantidos. Para o autor a resistência da universidade precisa gerar outros caminhos para a pesquisa, a formação e a extensão, de modo que a universidade se torne um espaço público democrático e que pense coletivamente soluções para os problemas sociais, em diálogo com o mundo.

## Epistemologias do Sul, Ecologia de Saberes e Infância

Para Santos (2008, p. 15), “toda a experiência social produz e reproduz conhecimento”, fazendo isto, temos uma ou várias epistemologias. Mas em nome da colonização, o mundo foi homogeneizado e as diferenças culturais foram subtraídas em nome de uma “civildade”. Com isso, desperdiçamos uma gama de experiências sociais do Sul e o que prevaleceu foi a “norma epistemológica dominante” (SANTOS, idem, p. 17). O que propomos é pensar os saberes da infância, da universidade e das camadas populares, como Epistemologias do Sul e deslocar nosso olhar:

Os exercícios que proponho visam ampliar a experiência histórica do ocidente. Dão voz a tradições do ocidente que foram esquecidas ou marginalizadas porque não se adequavam aos objetivos imperialistas e ocidentalistas que vieram a dominar a partir da fusão entre modernidade ocidental e capitalismo. [...] O objetivo é intervir no presente como se ele tivesse outros passados para além daquele que fez dele o que ele é hoje. Se podia ter sido diferente, poderá ser diferente. O meu interesse é mostrar que muitos dos problemas com que hoje se debate o mundo decorrem não só do desperdício da experiência que o ocidente impôs ao mundo pela força, mas também do desperdício da experiência que impôs a si mesmo para sustentar a imposição aos outros. (SANTOS, 2010, p. 522).

<sup>3</sup> Esse termo inclusive é o título do artigo escrito por Boaventura de Sousa Santos, em 1989, intitulado “Da ideia de Universidade à Universidade de Ideias”, para a Revista Crítica de Ciências Sociais.

Nenhum saber pode ser ignorado, pois “o saber que ignora é o saber que ignora os outros saberes que com ele partilham a tarefa infinita de dar conta das experiências do mundo” (SANTOS, 2010, p. 542). Quando negamos os saberes de uma parte do mundo estamos a sacrificando, “na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS, idem, p. 39).

Nessa perspectiva epistemológica do Sul, são nos limites e possibilidades de cada saber: da infância, da universidade; que se dará esse encontro de saberes. Desse modo, se os saberes universitários sabem pouco e dialogam pouco, ou negam os saberes da infância, muito pouco eles sabem dos seus próprios saberes. Existe uma assimetria, onde cada saber conhece melhor os seus próprios limites e possibilidades, quando em relação com outros saberes. Portanto, uma tentativa de diminuir ao máximo essa assimetria. (SANTOS, 2010). Nossa empreitada aqui deseja seguir outra rota possível, a de acreditar numa integração desses saberes: da infância, da universidade. Vale então dialogar mais uma vez com Santos:

A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade. (SANTOS, 2008, P. 53).

Quando a universidade tem em seu âmbito uma escola da infância ela diz muito para a sociedade, ela aprende um saber que não é próprio dela, mas que passa a ser também um saber universitário. E as crianças com seus saberes, quando inseridas na universidade, ampliam seu repertório e tem a possibilidade real de ter um ouvinte sério, que acredita e potencializa esses conhecimentos infantis. Esses saberes não convivem pacificamente, eles se interpelam, se questionam e avaliam. Desse modo, todos esses saberes tornam-se experimentais (SANTOS, 2008), pois são forjados no encontro.

A relação entre saberes da infância e saberes da universidade é dada, num certo desequilíbrio, já que a universidade é entendida num centro de saber, enquanto que a infância é associada à falta de razão, de conhecimento, de ingenuidade e inexperiência, enfim, à lógica da negatividade.

Santos (2008), ao estudar esses saberes universitários, identificou-os como “conhecimento universitário” e o “conhecimento pluriversitário”. O conhecimento universitário são os científicos, o que o autor chama de “conhecimento predominantemente disciplinar, cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do cotidiano das sociedades” (SANTOS, 2008, p. 34). Nela, são os pesquisadores que estão presentes no contexto universitário que definem quais as questões científicas que vão responder, sua relevância, bem como as metodologias que serão utilizadas e o tempo que levarão para chegar aos resultados, distanciando-se assim da sociedade, pois:

É um conhecimento homogêneo e organizacionalmente hierárquico na medida em que agentes que participam na sua produção partilham os mesmos objetivos de produção de conhecimento, têm a mesma formação e a mesma cultura científica e fazem-no segundo hierarquias organizacionais bem definidas. [...] A universidade produz conhecimento que a sociedade aplica ou não, uma alternativa que, por mais relevante socialmente, é indiferente ou irrelevante para o conhecimento produzido. (SANTOS, 2008, p. 34).

Algumas mudanças têm ocorrido na universidade, que a fizeram passar por uma transição, a passagem do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitário. Esse conhecimento nos interessa especialmente, pois tem relação com aquilo que tira a universidade de sua zona de conforto, o conhecimento extra-muros. Santos, o define assim:

O conhecimento pluriversitário [...] é um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, [...] A sociedade deixa de ser um objecto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência. [...] Nos países pluriétnicos e multi nacionais, o conhecimento pluriversitário está a emergir ainda no interior da própria universidade quando estudantes de grupos minoritários (étnicos ou outros) entram na universidade e verificam que a sua inclusão é uma forma de exclusão: confrontam-se com a tábua rasa que é feita das suas culturas e dos conhecimentos próprios das comunidades donde se sentem originários. (SANTOS, 2008, p. 35-36).

No conhecimento pluriversitário, os saberes são extra-muros, eles dialogam, se tencionam, se interpelam, se estranham e se reconhecem. Entendemos que os saberes da infância fazem parte desses saberes pluriversitários, e como tal, estão surgindo no interior da própria universidade, através das crianças que fazem parte da Escola de Educação Infantil da UFRJ, que provocam a universidade a rever a si própria. E quando a universidade se mostra aberta ao diálogo, esses grupos marginalizados sentem que são parte da instituição.

## Em busca de rastros da infância na UFRJ

Em nossa análise, mergulhamos fundo em tudo que a Universidade Federal do Rio de Janeiro tem produzido de “conteúdo” a respeito da Escola de Educação Infantil e, conseqüentemente, de sua infância. Seguimos os rastros da infância num mundo tão adultocêntrico de atas, documentos, reportagens, resoluções, estatutos, regimentos. Mas a infância resiste! É essa resistência infantil que nos impulsiona a buscar nos documentos essa resiliência, essa potência da criança.

Localizamos 244 documentos, que estão disponibilizados na internet ou foram compartilhados por correio eletrônico para a comunidade escolar da EEI-UFRJ. Organizamos a análise dos dados em dois grandes blocos: “Da instituição” e “das entidades sociais”. Isso porque, entre os documentos recolhidos e localizados, esses dois caminhos demonstraram os limites e tensões dos diferentes lugares que anunciam a infância.

Entre as instituições, localizamos documentos da UFRJ (estatuto, atas do Conselho Universitário, notícias, *site*, etc), do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) do qual a EEI faz parte como órgão suplementar (neste Centro localizamos atas, notícias, resoluções, *site*, etc) e na própria Escola de Educação Infantil (Projeto Político Pedagógico, Regimento, notícias, *site*, etc).

Já nas entidades sociais, localizamos documentos da *Associação* dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Adufrj), do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj) e do Diretório Central dos Estudantes Mário Prata (*DCE-UFRJ*), neles encontramos reportagens, discursos, entre outros documentos.

Através da análise de conteúdo (Bardin), que utilizamos para cruzar os dados encontrados, acabamos elencando algumas temáticas, que nos remetem aos assuntos que apareciam nos textos analisados. Na análise de todos os documentos, foi possível notar que as temáticas mais discutidas foram: “Identidade” da EEI-UFRJ, com 30 ocorrências, seguido de Professores “Substitutos”, com 24 e Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico “EBTT” com 21 menções ao tema, ou seja, a infância não é o assunto principal nos documentos da universidade, quando se trata da sua escola infantil. Os problemas e os desafios que a escola enfrenta e são anunciados, parecem ocultar quem realmente é o verdadeiro motivo da existência de uma instituição de Educação Infantil: as crianças.

Essas crianças não aparecem diretamente nos documentos localizados, um apagamento da infância, mesmo nos assuntos relacionados à escola onde 71 crianças passavam até 10 horas por dia, num calendário que prevê os 200 dias letivos e numa escola que existe há quase 40 anos.

Apenas em um dos documentos a infância é registrada em presença, mas não encontramos nenhum registro de alguma fala sua em todo o documento. Vejamos:

Tendo em vista a presença dos professores, dos técnicos-administrativos, dos pais e das **crianças**, alunas e alunos da Escola de Educação Infantil da Universidade, o Magnífico REITOR propôs ao Conselho que, antes de passar ao Expediente, seja concedida a palavra à representante dos pais e à Diretora da Escola. (520ª ATA CONSUNI, 2018, p. 1-2, grifo nosso).

Nessa situação, haviam crianças, mas os adultos que estão ali, em sua maioria, especializados na área da Educação, não lhes dão voz e quando fazem isso, reduzem a infância à condição de negatividade, isto é, apenas os adultos estão habilitados a falar por elas. Isso é um problema, pois segundo Sarmiento e Trevisan (2017), as crianças são capazes de produzir singularidades interpretativas através da polivocidade que elas possuem, ou seja, a representação da voz da infância através de múltiplos modos (verbal, gestual, imagens, desenhos, registros, etc).

Na ata que registra a reunião do Consuni, na qual as crianças participaram com seus familiares de manifestação, fica pouco evidente a participação da infância. Só é possível confirmar essa presença infantil por algumas saudações, como esta: “Queria começar saudando a presença das mães e dos pais da Escola de Educação Infantil da UFRJ e também dos pequenos estudantes que estão aqui hoje” (520ª ATA CONSUNI4, 2018, p. 6). Ainda assim, notamos que a saudação é dada ao “ofício de aluno” (SIROTA, 1998) que marca cada vez mais cedo nossa infância contemporânea. Existe nossa necessidade enquanto adultos de institucionalizar a infância, de demarcar o duplo ofício, o “ofício de criança” e “ofício de aluno”, no trecho “crianças, alunas e alunos da Escola de Educação Infantil da Universidade” (520ª ATA CONSUNI, 2018, p. 6). Analisando os documentos de uma forma geral, notamos uma ênfase ao “ofício de aluno”, aparecendo cada vez mais cedo, na Educação Infantil. As muitas vezes que as crianças foram chamadas de “alunos” e “estudantes” foram surpreendentes, já que a EEI-UFRJ não tinha por hábito se referir às crianças dessa forma, em seu cotidiano escolar. Mas notamos que, até mesmo em alguns documentos da própria escola, essa referência é feita.

O que notamos nesses documentos é que nas raras vezes em que falam sobre as crianças, são os adultos que falam sobre elas e não conseguem ser representantes à altura. Essas são tensões que analisamos neste estudo, pois acreditamos que nessas contradições já reside uma visão da infância.

Em nosso entender, analisar as representações sociais da infância expressas nesses documentos significa expandir o conhecimento sobre o que se conhece sobre as crianças, bem como sobre os discursos em que a criança e seus saberes são alvos (ou não) das atenções.

[...] se a história da criança não é possível de ser narrada na primeira pessoa, se a criança não é nunca biógrafa de si própria, na medida em que não toma posse da sua história e não aparece como sujeito dela, sendo o adulto quem organiza e dimensiona tal narrativa, talvez a forma mais direta de perceber a criança, individualmente ou em grupo, seja precisamente tentar captá-la com base nas significações atribuídas aos diversos discursos que tentam definir historicamente o que é ser criança. (SARMENTO, 2005, p. 105).

Estamos, pois, em presença de dados sobre documentos que confirmam a estréia da

criança num campo adultocêntrico, a universidade, que mesmo na vanguarda de ter uma unidade que dialoga com a infância, constantemente a ignora. “A imaginação das crianças é um modo de acesso ao conhecimento na sociedade onde se inserem e aos seus modos próprios de compreensão de realidades complexas” (Sarmiento & Trevisan, 2017, p.1). Desse modo, quando a universidade não dialoga com a infância que a constitui, ela perde parte do próprio conhecimento produzido.

Somente quando compreendermos a totalidade do ensino universitário, nos construindo enquanto classe, inclusive respeitando a educação infantil e fundamental de maneira a romper com os ideais arraigados de ensino como acúmulo conteudista; somente quando deixarmos de atribuir à infância um **caráter diminuidor** ao invés de exigir e esperar dela conhecimento que nos alimente para novidade é que poderemos nos referenciar como o contraponto que foi perdido na miragem do consenso! Neste caso, **respeitar o CAp**, esta periferia que sempre se faz centro nas lutas, respeitá-lo como um igual: significa desacreditar as hierarquias impostas pelo sistema meritocrático. (BOLETIM ADUFRJ, 25/10/13, grifos nossos).

Acreditamos que a EEI-UFRJ, agora Cap, tem se constituído nessa periferia da UFRJ, que se constitui como lugar de luta. Nesse colégio está essa infância que deseja perder esse “caráter diminuidor”, que a citação acima afirma e que a universidade e a sociedade ainda atribuem às crianças.

## Da Infância na Universidade

Esse foi um importante cenário descortinado na análise dos documentos e que deve contribuir para que outros começos e outras histórias e pesquisas possam ser contadas.

Nele apresentamos os raros documentos localizados que abordem a infância diretamente. Desse modo, aparecem as seguintes temáticas: “saída dos bebês” do Edital de acesso da EEI-UFRJ para 2019 e a consulta de proposta para “redução de horário” e ainda a “integração” entre a EEI e CAp, que trazem as crianças da EEI-UFRJ de forma ativa, participando de movimentos de reivindicação juntamente com os adultos.

Vale ressaltar que assim como as mídias externas acabam por apelar ao sensacionalismo, no caso da EEI-UFRJ, o único registro referente à escola, entre os anos de 2011 e 2018, onde ela é destaque na primeira página do jornal de mídia interna da universidade é acerca da informação do fechamento da unidade, por infestação de lacraias. O que demonstra o sensacionalismo mesmo nos veículos de comunicação que estão presentes na universidade.

Figuras 1 e 2. Reportagem do fechamento da EEI-UFRJ por infestação de lacraias



Fonte: JORNAL SINTUFRJ (2018)

O primeiro registro documental que localizamos acerca das temáticas abordadas neste cenário, foi um parecer da Procuradoria Geral Federal, de número 00245, de 17 de abril de 2018. Segundo o parecer, a EEI-UFRJ fez uma consulta ao órgão para verificar as “implicações legais da decisão de redução do horário de atendimento em decorrência de dificuldades econômicas e de recursos humanos para a manutenção do horário atual de funcionamento” (PFUFRJ, 2018). Logo depois a temática foi abordada em duas reuniões de coordenação de Centro. A primeira vez em que o assunto aparece, temos o seguinte registro:

Passando à análise do Edital de Acesso ao CAP. Pela Decana foi realizado registro de que houve esforço enorme através dos trabalhos do Comitê Permanente de Educação Básica para aproximar os atos do CAP e Escola de Educação Infantil no que se refere ao calendário único e os termos do edital de sorteio. Entende importante tratar o edital no escopo deste esforço produzido como informe no último Conselho de Centro que resultou em duas grandes propostas que estão sendo trabalhadas para que o Conselho se posicione, como a redução de horário de atendimento da Escola de Educação Infantil e o ingresso da Escola de Educação Infantil a partir da idade definida no grupo 2. Informou que está sendo realizado debate, reiterando o esforço do Comitê, entendendo que o esforço deve ser situado neste contexto. (ATA CFCH, 04/06/2018).

Depois só vamos ter novo registro da temática no final de 2018, quando na ata de reunião de coordenação do Centro, temos registrado que o “Comitê de Educação Básica que sugeriu a não inclusão no edital da Faixa Etária 01 (de zero a um ano de idade)” (ATA CFCH, 26/11/2018). Afirmando que na EEI-UFRJ “não há estrutura física e pedagógica para o ensino de crianças dessa faixa etária” (ATA CFCH, idem).

Vários pontos chamam a atenção nesses trechos, mas o principal deles é a afirmação da conselheira do Comitê Permanente de Educação Básica, com o entendimento de que a EEI não tem

estrutura física e pedagógica para atender os bebês do grupo 1. Tal afirmação está em desacordo com documentos da escola e a prática, uma vez que a EEI-UFRJ apresenta propostas inspiradoras, mesmo com todas as dificuldades de infraestrutura. Portanto, nosso entendimento é que a sugestão do Comitê acaba por não expressar a luta e o desejo da Escola de Educação Infantil.

Outra análise possível de notar nesses debates é que se evita usar as palavras “bebês” e “crianças” e o substituem por “a questão da faixa etária”. Parece haver um constrangimento acerca do assunto. Tal situação foi verificada em diversos documentos analisados no decorrer da pesquisa.

Um dos últimos documentos levantados para a pesquisa foi a circular de número 10/2018, realizada pela Direção da EEI-UFRJ e que esclarece em detalhes a versão da unidade no que tange a saída dos bebês (4 a 12 meses) do Edital para o ano de 2019, um retrocesso para a Educação Infantil e para a sociedade. O documento denuncia um silenciamento das instâncias superiores, a respeito da indefinição por parte do Edital de acesso para o ano de 2019. Coube ao Conselho Deliberativo da EEI-UFRJ então, sugerir alguma estratégia, diante da decisão superior da Reitoria de corte nas vagas do Edital de 2019.

Nesta circular, a escola afirma que previa abrir 29 vagas para novas crianças, no edital de 2019, sendo predominantemente para o grupo dos bebês (4 a 12 meses), denominado grupo 1. A decania onde a escola está vinculada, denominada CFCH, chegou a aprovar esse edital, mas o gabinete do reitor suspende-o, com o argumento de que se deveria aguardar a definição da gestão, que até então estava em aberto. A solução dada pela EEI-UFRJ foi a de formação de um grupo gestor *pró-tempore*, por seis meses, a iniciar em janeiro de 2019, tendo em vista a transição e integração entre a Escola e o CAP. Tal decisão foi aceita pela Reitoria, mas com recomendação de que a direção fosse exercida por profissionais da própria unidade.

O documento sugere que a EEI-UFRJ faça alterações em sua estrutura e funcionamento para acontecer a integração com o CAP. Como é possível notar nesse trecho: “Revisão de faixa etária das crianças atendidas pela EEI-UFRJ, vislumbrando também essa integração”. Mas percebemos que a EEI-UFRJ não apresenta nenhuma exigência ou ponderação com relação ao CAP, o que demonstra uma relação de desequilíbrio entre as duas unidades, até então, onde a Escola parecia estar numa posição de desvantagem com relação ao Colégio de Aplicação.

Quando o processo retornou para a escola não havia nenhuma solicitação de mudança expressa no processo, apenas recomendações verbais que não estavam bem definidas. Com isso, a versão que a Escola afirma é a de que houve um tempo de silêncio, com um cenário incerto acerca desse edital. E por fim, uma indicação de cortar 50% das 29 vagas previstas inicialmente no Edital 2019.

Quando o Conselho Deliberativo da EEI discutiu o tema, lamentou a decisão da reitoria e encaminhou duas propostas: retirar as vagas do grupo 1 ou retirar todas as vagas dos outros grupos. Desse modo, a Decania acatou a proposta de abrir vagas nos grupos, com exceção do Grupo 1. Resumindo claramente, os bebês perderam o direito de disputar vagas na Escola de Educação Infantil. Mas se voltarmos há alguns anos no tempo, em 2013, no Consuni que discutiu a institucionalização, quando o reitor daquela época era conselheiro, temos a seguinte consideração feita por ele:

a formalização da unidade de Educação Infantil, de fato é um avanço extraordinário para o ensino, a pesquisa e a extensão na UFRJ. **Temos que lembrar que a problemática da Educação Infantil no Brasil é absolutamente trágica e dramática, sobretudo na faixa etária de 0 a 3 anos de idade. Temos uma situação de ópio<sup>5</sup> apartheid educacional das crianças** provenientes da classe trabalhadora, sobretudo a forma como o aparato educacional vem sendo organizado de maneira extremamente precária, inclusive no Plano Nacional de Educação, a Educação Infantil é sempre trabalhada na lógica das parcerias público-privadas, com ONG, seitas religiosas,

5 Nesse caso o termo foi utilizado como metáfora, que significa aquilo que serve de paliativo ou que provoca adormecimento, embrutecimento moral.

iniciativas ditas comunitárias, que de forma permanente, deixam a infância sob manto da precariedade e da violência da negação de um direito humano fundamental, que é a educação. (TV CONSUNI, 08 de agosto de 2013, grifo nosso).

Na realidade foram justamente os bebês, que o reitor da época sinaliza como os que mais sofrem na educação pública, que na UFRJ, quando então ele é gestor, que perderam o direito de acessar a EEI-UFRJ. Uma contradição, entre tantas outras.

Desta forma, informamos a toda comunidade escolar, que o Edital de Admissão de Crianças para o ano de 2019, foi encaminhado na data de hoje para publicação, com abertura de vagas para todos os grupos, exceto o Grupo 1. A publicação acontecerá no Diário Oficial da União em 03 de dezembro de 2018. Consideramos importante o esclarecimento de todo o trâmite, para que não restem dúvidas sobre os caminhos percorridos. (CIRCULAR EEI Nº 10/2018, 30/11/2018).

Essa retirada dos bebês do Edital para 2019, na maior universidade do Brasil, representa um enorme retrocesso. Já que o Plano Nacional de Educação (2014-2024) tem como meta, até 2024, garantir vagas em creches, para metade das crianças de até 3 anos de idade. Esse PNE estabelece em sua Meta 1:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) mostrou que, em 2012, das 10,3 milhões de crianças de 0 a 3 anos, somente 2,54 milhões delas, o que representa 24,2%, estavam matriculadas em creche. Já com base nos dados de Censo Escolar do ano de 2016, este número avançou muito pouco, com 26,5% das matrículas em creche (0 a 3 anos), sobre esse tema recorremos a Gil:

De acordo com as Sinopses Estatísticas do INEP o total de matrículas de crianças de 0 a 3 anos no Brasil é de 3.233.739, o que representa cobertura de apenas 25,6% de crianças com idade de creche. Em números absolutos, será necessária uma ampliação de quase 2,3 milhões de matrículas para que a Meta seja alcançada. Desta forma, não há previsão de acesso à Educação Infantil para todas as crianças pequenas, mantendo-se um cenário de desigualdades, em especial à creche. Será que quanto menor a criança, menor o interesse político de assegurar seus direitos? (GIL, 2018, p. 74).

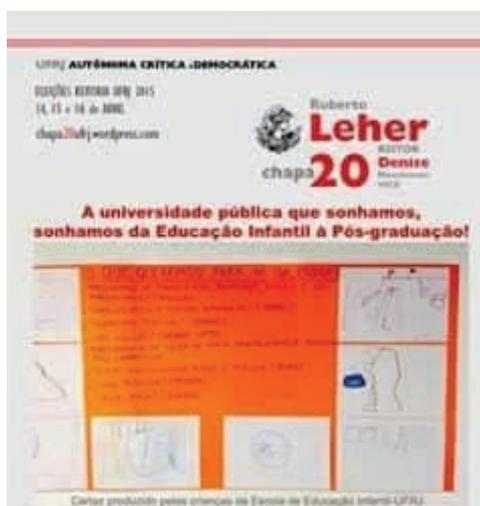
A pergunta ressoa no município do Rio de Janeiro, mas também na Universidade Federal do Rio de Janeiro, pois a universidade, que muitas das vezes é lugar de resistência, está, nesse caso dos bebês, seguindo uma lógica capitalista que tem reduzido as vagas em creches, principalmente, devido ao alto custo que envolve educar e cuidar de bebês tão pequenos. Então, diante dessa situação com os bebês, que a EEI-UFRJ enfrentou na universidade, nos perguntamos: “na Educação, quem se preocupa com os bebês?” (GIL, 2018, p. 194). Vamos além e aprofundamos a pergunta: Na UFRJ, quem se preocupa com os bebês e seu direito à educação?

Não queremos perpetuar a escola que Sarmento (2011) denunciou, aquela em que a criança “morre” enquanto sujeito, que sente, sabe e tem suas próprias vontades, suas próprias aspirações, como a gestão que na época, pode comprovar, no período de campanha para a

reitoria, quando visitou a Escola de Educação Infantil da UFRJ e ficou surpreso com uma pauta de reivindicação das crianças pequenas. Essa pauta foi inclusive, utilizada como material de campanha, onde é possível ler que “a universidade pública que sonhamos, sonhamos da Educação Infantil à Pós-graduação”, mas os bebês já não podem sonhar juntos e fazer parte da Escola de Educação Infantil da UFRJ.

Esse material de campanha que podemos ver muito embaçado na Figura 3, trata-se de arquivo pessoal da pesquisa, mas que foi retirada em 2015 das redes sociais da campanha dessa gestão. Atualmente, não encontramos nenhuma referência à imagem nas redes sociais desse grupo. Ainda assim, acreditamos ser importante trazer a imagem para nossas análises, pois nela a criança tem sua autoria, revelando sua própria pauta de reivindicação distinta dos adultos e ainda, que ela tem ciência dos acontecimentos da sociedade onde vive e que interpreta esses acontecimentos de forma muito particular. Percebemos que sua pauta é polifônica, entre eles com desenhos feitos pelas crianças.

**Figura 3.** Material de campanha da reitoria da UFRJ, na época.



**Fonte:** ACERVO PESSOAL (2015)

Em uma reportagem é possível ler que “pais e direção se mobilizam para salvar a escola” (JORNAL SINTUFRJ, Nº 1239, abril de 2018). Todos os problemas enfrentados pela unidade acabaram desencadeando algumas mobilizações por parte da comunidade da EEI: trabalhadores, famílias e crianças. Como é possível ver nessa notícia:

Uma infestação de lacraias causou a interdição da Escola de Educação Infantil da UFRJ. [...] A situação provocou um protesto de pais e responsáveis das crianças na reunião do Conselho Universitário. [...] Representante dos pais no conselho deliberativo da Escola, Ana Carolina observou que a infestação foi a gota d’água de uma série de problemas enfrentados pela unidade. Quadro docente majoritariamente composto por substitutos, manutenção precária do prédio e ausência de autonomia para fazer compras foram alguns exemplos citados: Nossos problemas não são as lacraias, mas a falta de dinheiro para infraestrutura. (BOLETIM ADUFRJ, 12/04/2018).

Nessas manifestações, várias crianças participaram, inclusive carregando cartazes, como é possível ver em fotos do conselho (Figura 4), mas a reportagem exclui as crianças, registra apenas os adultos que estiveram lá. Um equívoco, já que todos ali tinham suas próprias pautas, as crianças também, já que estão falando do lugar onde elas passam grande parte da sua infância. Será que a pauta de reivindicação delas não merece ser ouvida? Talvez seja a pauta mais qualificada para falar de seus desejos para um lugar que também é delas.

**Figura 4.** Manifestação de crianças e adultos da EEI-UFRJ no Consuni



**Fonte:** Jornal SINTUFRJ (2018)

A invisibilidade da infância na UFRJ nos remete à uma “Infância (In)Visível” (Vasconcellos & Sarmento, 2007), pois a visibilidade da infância não é garantida, portanto, ela oscila. Assim como isso acontece na UFRJ, essa invisibilidade da infância ocorre, por vezes, na nossa sociedade. Ao ignorar suas crianças, desrespeitamos o seu direito elementar de viver a infância na universidade.

## Considerações Finais

Chegamos ao final deste estudo que esperamos ser de abertura e encorajamento para que novas pesquisas possam caçar novos “achadouros de infância” (Barros, 1997). Nesse estudo concluímos como é primordial atribuir à infância como uma geração capaz e viver com elas em encontro intergeracional dialógico, pois assim como nossa geração, elas também são produtoras culturais e de sentidos, elas interpretam, simbolizam e comunicam suas visões do mundo.

Percebemos que as legislações não são suficientes para garantir o direito das crianças. O direito de participação, por exemplo, não é respeitado e notamos que quando a criança consegue participar do mundo adultocêntrico da universidade é por força de resistência.

Concluímos que a escola de educação básica universitária é uma importante instituição para pensar a concepção de infância. São espaços de diálogo e interação, que constituem um saber novo e assim podem superar a lógica de simples espaço de aplicação de saberes universitários.

Os muitos desafios e problemas que enfrenta a unidade, a universidade e a educação pública, parecem ocultar dos documentos quem realmente importa: a infância na universidade. Devemos estar atentos aos momentos de crise, pois como as crianças se encontram altamente dependentes das condições em que vivem os adultos, elas acabam sendo atingidas de modos muito distintos por essas crises (SARMENTO *et al.*, 2016). Na UFRJ, as crianças foram as primeiras a serem atingidas, como constatamos com a saída dos bebês do Edital para acesso à EEI-UFRJ no ano de 2019, num momento em que as universidades sofrem cortes orçamentários.

Eis um grande desafio que precisamos reverter. Como disse a professora Vera Vasconcellos no último Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias (GRUPECI), que aconteceu em Belém do Pará, em novembro de 2018, e do qual compartilhamos, nos tempos incertos que estamos vivendo, não teremos condição de inventar muita coisa, mas é essencial que possamos garantir os direitos que conquistamos.

Escrevemos este artigo, de frente para o mundo. Paramos de escrever, mas decididamente não podemos parar de lutar!

## Referências

- BARROS, M. **O livro das Ignorâncias**. 4ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 1997.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1, de 10 de Março de 2011. Brasília, DF.**
- GIL, M. O. G. **Políticas Públicas de Educação Infantil do município do Rio de Janeiro: Berçário em foco**. (Tese de Doutorado). Uerj, 2018.
- MELLO, M. B. **A infância em cronotopos: migração, território e enunciação infantil**. Educação em foco. v. 23, n. 3, set/dez, 2018.
- SANTOS, B. S. "Da Ideia da Universidade à Universidade de Ideias", **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 27/28, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª ed. São Paulo: Cortez; 2008.
- \_\_\_\_\_. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.
- \_\_\_\_\_; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010
- SARMENTO, M. J. **Imaginário e culturas infantis**. Cad. Educ. Fae/UFPel, Pelotas (21): 51-59, jul./dez., 2003.
- \_\_\_\_\_. Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 91, mai/ago, 2005.
- \_\_\_\_\_. VASCONCELLOS, V. M. R. (Org.) **Infância (in)visível**. Araraquara/SP: Junqueira e Marin, 2007.
- \_\_\_\_\_. "O Estudo de Caso Etnográfico em Educação" In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. (Org.) **Itinerários de Pesquisa - Perspectivas Qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- \_\_\_\_\_; FERNANDES, N.; TREVISAN, G. A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal. In: Diogo, F.; Castro, A.; Perista, P. (Orgs.), **Pobreza e exclusão social em Portugal**. V. N. Famalicão: Húmus, 2016.
- \_\_\_\_\_; TREVISAN, G. **A crise social desenhada pelas crianças: imaginação e conhecimento social**. In: Educar em revista. Curitiba, n. 2, p. 17-34, set. 2017.

Recebido em 28 de janeiro de 2021.

Aceito em 18 de fevereiro de 2021.